

## PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ana Mercês Bahia Bock<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.  
E-mail: abock@pucsp.br

*Conferência proferida no X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, em 06/09/2015.*

Quero agradecer à ABEP pelo convite para esta palestra de fechamento de seu principal evento e abraçar a amiga Ângela que, por duas gestões lutou, com seus parceiros de gestão, por esta entidade, enfrentando, nos últimos anos, muitas dificuldades. Abraço a amiga Diva Conde que assume o lugar da liderança, dando continuidade ao trabalho e à luta.

E agora vou procurar dar conta desta difícil tarefa que me ofereceram de pensar alto sobre as perspectivas para a formação em psicologia, sem que se faça um exercício de vidência, mas que se possa defender um projeto de formação para o futuro que esteja colado às necessidades da sociedade atual.

Eduardo Galeano disse, em uma palestra em um dos Fóruns Sociais Mundiais, no Rio Grande do Sul, ao lado de Saramago, que a utopia, apesar de se referir a algo ainda não posto (u-tópico; sem lugar) faz parte da realidade atual, presente; é algo que não está colocado, ainda, mas que existe, na medida em que, sendo utopia, sonho, projeto, nos guia a trajetória. Assim, peço licença para misturar sonho, projeto, realidade, necessidades e perspectivas para o Brasil e para a psicologia.

Nós tínhamos, nos anos 1960 e 70, uma formação estreita para uma psicologia que tinha lugar restrito e pequeno na sociedade brasileira. Uma psicologia colada aos interesses da elite que lhe servia nas indústrias, nas escolas, nos consultórios e serviços de saúde, sempre na busca da adaptação dos sujeitos a uma sociedade em transformação; a uma sociedade cuja elite desenhou seu futuro como nação moderna, industrializada e urbana.

A Psicologia ajudou a elite brasileira a diferenciar as pessoas, categorizá-las, classificá-las e poder indicar as pessoas certas para os lugares certos; a indicar aquelas que estariam no projeto de modernização do Brasil. Com isso, disse quem estaria participando e deixou muita gente de fora. Uma população em condições miseráveis de vida que não interessou a ninguém e nem mesmo à psicologia.

Teorias positivistas ou idealistas, instrumentos pouco adaptados para a utilização com uma população que não era estudada, portanto, instrumentos criados em outros lugares, para outra gente que eram aplicados, com pouca adaptação, a uma gente de outra cor de pele, de outra textura de cabelo, com outros problemas no cotidiano e que tinham sua vida marcada pela luta pela sobrevivência.

O currículo mínimo, que vigorou até as diretrizes curriculares, baseava-se na oferta de disciplinas isoladas, que, teóricas, se distanciavam das questões do cotidiano e dos problemas que poderiam ser postos pela realidade à psicologia. A noção fundamental de aprendizagem era de acúmulo de informação. O lugar privilegiado para o aprendizado era a sala de aula; os estágios eram considerados apenas lugares de aplicação do conhecimento; a formação era autor-centrada, ou seja, se estimulava os alunos a escolherem um autor de preferência e aderir a uma teoria. Não havia autores brasileiros ou latino-americanos dentre aqueles ensinados. Havia um forte espírito colonialista. Estávamos todos vinculados a autores estrangeiros que eram aprendidos como “donos do conhecimento e da verdade” e eram ensinados e aprendidos de forma mecânica, aplicados de forma automática.

Assim, podemos dizer que a formação em psicologia, na sua instalação nos anos 1960, configurou-se como uma formação tecnicista, autor-centrada, conteudista, guiada por um espírito colonizado que formou muitos profissionais competentes do ponto de vista da aplicação das técnicas e das teorias, naquilo que a elite brasileira precisava.

É exatamente a mudança desse cenário que vai permitir que se repense a formação. A inauguração da psicologia comunitária carregava em seu bojo a crítica a um conhecimento que não servia para as questões, cultura e hábitos da maioria da população pobre do Brasil. A inserção das psicólogas nos serviços de saúde (ambulatorios de saúde mental) é outro elemento progressista de grande valor: as psicólogas sofriam no cotidiano do exercício profissional a inadequação de seus instrumentos e teorias.

Sujeitos ousados passaram a pensar outra psicologia e ela foi podendo crescer e acompanhar as mudanças do país. Nos ambulatorios de saúde mental, na educação,

nas comunidades; na ousadia da revisão de teorias antigas; na construção de novos instrumentos de intervenção; em lugares ainda não postos como locais de atuação. A I Mostra de Práticas em Psicologia, no ano 2000, deixou isto evidente: existia outra psicologia correndo em trilho paralelo e que nem mesmo se pensava como psicologia. A I Mostra mudou esse cenário e incluiu essas práticas como da Psicologia.

Essa outra psicologia se pensou despreparada para a atuação. Pressionou a universidade, exigindo outra formação.

Na PUC de São Paulo (e cito esta pelo seu pioneirismo e porque a experiência me é mais próxima), em 1973, o professor Abib propôs uma disciplina que se chamava “Configurações sócio-psicológicas do trabalhador brasileiro”; a professora Silvia Lane propôs Estudos Livres; juntos, com Odette Pinheiro, inauguraram a área, que depois se tornaria conhecida como Psicologia Comunitária. Estava dada a largada para uma nova formação em Psicologia. O texto manifesto desse período pode ser considerado o de Silvia Lane, em 1984, “Psicologia Social: uma Nova Concepção de Homem para a Psicologia”, no qual Lane questiona as concepções hegemônicas e apresenta novas possibilidades de pensar o humano, afirmando, ao final, que “toda a psicologia é social”.

Nos anos 1990, muitas escolas e cursos de psicologia mudaram seus currículos ou se instalaram com novas perspectivas, dado o crescimento do número de escolas e cursos. Os estágios tomaram um lugar mais importante na formação. Eventos como os das clínicas-escola começaram a acontecer. Todos estavam interessados na mudança. Buscavam juntos o como e o quê mudar. Experiências eram feitas por todo este país.

Mas logo viria a resistência e a busca do antigo, com as diretrizes curriculares. Uma proposta conservadora e elitista surgiu entre nós. Queriam diferenciar as escolas, produzindo algumas poucas que pesquisariam e outras que formariam o profissional da psicologia; queriam, para isso, consolidar os três perfis da psicologia: professor, pesquisador e psicólogo. Saliente-se que esta divisão já havia sido obtida na aprovação e oficialização do currículo mínimo nos anos 1960/70. Queriam repeti-la. Mas as psicólogas, os professores, os pesquisadores e os estudantes de psicologia já haviam mudado e não havia mais a possibilidade de retroagir. Mesmo assim, foram exigidos embate e luta.

A proposta apresentada pela Comissão de Especialistas de Psicologia do MEC enfrentou a resistência dura e organizada das entidades de psicologia, organizadas no FENPB – Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, e não conseguiu

aprovar as diretrizes curriculares com três perfis (professor, pesquisador e psicólogo), não conseguiu descolar a pesquisa do ensino e da extensão.

Em 2004 (2011 é a última aprovação, que inclui a questão da licenciatura), as diretrizes foram aprovadas, a partir de um acordo entre as duas concepções existentes no campo do debate. De um lado, o novo que reunia a psicologia em quase sua totalidade, representado por 16 entidades de psicologia que congregavam milhares de estudantes e profissionais; do outro, uma entidade que congregava não mais que quinhentos professores e pesquisadores. Mas, apesar do número tão discrepante, as forças eram equivalentes e isto exigiu o embate e o acordo.

A vitória na definição de apenas um perfil nos permitiu defender que é preciso incentivar a pesquisa em todo e qualquer tipo de formação superior em psicologia. O Art. 3º afirma: O curso de Graduação em Psicologia tem como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de psicologia. E, sem dúvida, os princípios e compromissos que se seguem são ecos da posição progressista que queria ver afirmado nas diretrizes os vínculos do psicólogo com as urgências e necessidades da maioria da população brasileira. Lemos, então, o compromisso com a construção da psicologia, a compreensão de múltiplos referenciais, reconhecimento da diversidade de perspectivas, a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, respeito à ética e o aprimoramento e capacitação contínuos.

Mas, a outra voz vem em seguida afirmar habilidades e competências de tomar decisões, comunicar, liderar, aprender continuamente e estar apto a desenvolver ações de atenção à saúde.

O texto das diretrizes, se lido na íntegra, permite ouvir, sem maiores dificuldades, as duas vozes. O artigo 8º, em seus XV incisos, deixa isso muito claro.

Sem trazer aqui esses conteúdos que cito, quero frisar que a intenção é afirmar que as forças progressistas no campo da psicologia conviveram e ainda convivem com forças conservadoras. Forças que pensaram a formação de modo tecnicista, que pensaram a pesquisa como uma atividade privilegiada com o papel de criar um conhecimento de base que pudesse ser utilizado pelos psicólogos (formados em escolas da profissão) e outros campos ou profissões que utilizam esses saberes em seus fazeres. Esse aspecto

é importante, pois ele está na base da existência de três perfis em nossa formação inicial (currículo mínimo) e ele reflete a discussão ou posição sobre a psicologia: seria ela apenas um conhecimento de base ou seria também uma profissão?

Mas fui convidada para falar do futuro. Então, explico: é esse passado de lutas e esse projeto, que nos orientou naquele momento, que vêm como suporte para minha reflexão. Ele precisa ainda ser defendido, pois ainda não ultrapassamos os momentos de risco de retrocesso; ainda há forças no outro lado com o qual debatemos a formação em psicologia.

Temos, de um lado, uma psicologia positivista e colonizada (e me refiro aqui a um conjunto de perspectivas teóricas) que precisa ser superada para que possamos ter uma formação capaz de permitir intervenções e saberes que, ao falarem da subjetividade, a tragam no bojo da realidade objetiva e social; e, ao intervir para dar comodidade subjetiva, possa instalar uma intervenção por um mundo melhor. Essa psicologia ainda tem algo de utópico.

Assim, do outro lado, temos uma psicologia crítica (e me refiro aqui a um conjunto de perspectivas teóricas) que precisa crescer, precisa se instalar e se desenvolver nos cursos, nos pensamentos teóricos, nas práticas e nos instrumentos.

A psicologia colonizada e positivista está fundamentada em uma concepção de sujeito e de subjetividade que é naturalizada, universal e a-histórica. Quem é o sujeito dessa psicologia? Onde vive? É um sujeito qualquer de qualquer lugar do planeta. Os conceitos são universais e refletem uma dicotomia no pensamento que separa objetividade e subjetividade. A realidade social não faz parte dela, aparecendo apenas como um campo de estimulação e influências. São instrumentos que adotam um único padrão, patologizando os diferentes e a pobreza. Famílias desestruturadas, diferenças individuais que explicam sucessos e fracassos, dificuldades de aprendizagem, rebaixamento de inteligência, atraso no desenvolvimento dos estágios são alguns exemplos do campo. São práticas que se pensam curativas ou remediativas, fechadas no sujeito, sem pensar seu compromisso com o mundo onde o sujeito se insere e, a nosso ver, se constitui. Uma psicologia que reforça um padrão dominante vigente sem qualquer questionamento, transformando o que é social e histórico em algo natural do humano. Uma psicologia que serve aos interesses da elite e que atua, com competência, para diferenciar e poder afirmar quem pode fazer parte da festa. É cúmplice das práticas que transformam em réus as vítimas da sociedade

desigual, onde dominados e dominadores vivem mundos diversos, mas justificados pela ideologia e pela psicologia ideológica que produzimos.

É uma psicologia colonizada, que busca, no pensamento europeu e americano, não interlocutores avançados, mas referências a serem automática e mecanicamente utilizadas nos saberes e nos fazeres. Uma psicologia que valoriza o padrão estrangeiro e não sabe compreender e explicar a subjetividade produzida em seu país, um país caracterizado pela desigualdade social, marcado pela dominação e pela humilhação social.

A psicologia crítica é uma psicologia que rompe com essa concepção para ser histórica. Um conhecimento que afirma outra concepção de humano e de fenômeno psicológico. Um sujeito constituído nas relações sociais e nas atividades de transformação das condições materiais; um sujeito que, ao transformar o mundo, transforma-se a si mesmo, constituindo consciência e produzindo significações e cultura. Um sujeito, que por ser ativo, constrói, com sua presença e atividade, uma dimensão subjetiva para a realidade. Um fenômeno psicológico que não é reflexo da realidade e nem mesmo algo natural nos sujeitos, mas algo que se constitui como possibilidade e que permite falarmos em humanização como processo histórico.

Poderiam me perguntar: mas qual a real diferença em adotarmos uma ou outra visão? Defendo aqui que é somente a segunda visão que permite um compromisso com a realidade social, pois esta não é um ambiente ou uma causa da subjetividade, mas um âmbito diverso, de um mesmo processo. Adotada essa visão, não poderemos mais falar de subjetividade sem trazermos para o estudo, para a explicação, para o conhecimento da psicologia, toda a realidade social; aquela dos sócios que, em relação, produzem o mundo e a si próprios, produzem o que chamamos de subjetividade e o que chamamos de objetividade; ao mesmo tempo, em um mesmo processo. Não saberemos falar de adolescência sem considerar as mudanças no modo de produção e as transformações que o capitalismo nos trouxe. Ou seja, não falaremos de uma mesma adolescência dos tempos clássicos na Grécia, da Idade Média ou de nossos tempos contemporâneos. Não saberemos falar de gênero sem considerar as conquistas históricas das mulheres, do novo homem, da afirmação de muitas formas de relacionamento. Não saberemos falar de sexualidade e seu percurso sem falarmos de novas formas de amor, de múltiplas possibilidades de escolha na orientação sexual, das forças progressistas e conservadoras em nosso tempo histórico, das descobertas da genética. Não falaremos de violência sem

falar da desigualdade social; não igualaremos todas as formas de violência como se fossem expressões naturais do humano. Não falaremos de nenhum desses fenômenos sem vinculá-los explicitamente ao contexto histórico que os constitui e que, ao mesmo tempo, constituem.

Uma nova Psicologia para um novo mundo; para um novo compromisso da psicologia com a sociedade. Este é o futuro que queremos para nossa psicologia: queremos estar trabalhando e utilizando nossos saberes para práticas que expressem um compromisso, desde o momento em que são criadas, com a realidade de nossa gente, da cor de sua pele, da textura de seu cabelo, de seus hábitos, de sua cultura, de seus desafios e suas possibilidades. Uma visão ousada, que dialoga com todos os conhecimentos produzidos em todo o mundo, mas não se submete, não o aplica automaticamente, não crê que seja útil sem fazer a crítica.

Então, podemos nos perguntar, que formação essa psicologia precisa?

1. Precisa de pesquisa e de exercícios de investigação que sejam constantes na formação;
2. Precisa de estágios que sejam momentos e experiências problematizadoras, capazes de permitir que a realidade faça perguntas às nossas “certezas” e nos leve corajosamente a duvidar delas;
3. Que incentive uma leitura crítica no exercício do aprendizado das teorias, dialogando com esses saberes a partir da subjetividade constituída em nosso espaço social e histórico;
4. Que nos coloque de frente ao contexto social em que se inserem os sujeitos e incentive o debate e o posicionamento permanente sobre ele; que carregue uma perspectiva histórica como princípio epistemológico;
5. Que seja crítica à postura tecnicista no ensino dos instrumentos;
6. Que permita uma compreensão crítica da relação da psicologia com a moralidade de nossa sociedade e de nosso tempo;
7. Que incentive o estudo crítico das teorias de referência na psicologia e busque novos autores, latino-americanos e brasileiros (dada a semelhança de contexto histórico de nossas gentes);

8. Que possa sempre se pensar como provisória e, neste sentido, se comprometa, no momento atual, com a desigualdade social e a questão racial como temas importantes;
9. Que seja uma psicologia que tenha propostas para os problemas brasileiros, que tenha linguagem acessível a toda a população, que queira e se esforce para estar acessível a todos que dela precisam ou que com ela se beneficiariam.
10. Alguns temas se tornarão obrigatórios, um deles é o das políticas públicas. É preciso formar para uma atuação competente nas políticas públicas. É preciso atuar vinculados às questões dos direitos. Nossos sujeitos devem ser pensados como sujeitos de direito.
11. Quando falamos em pensar nossos sujeitos como sujeitos de direito estamos falando em mudar nossas práticas. Gosto muito do pensamento de Benilton Bezerra Jr., em seu mestrado sobre o sujeito, este implícito pouco pensado (dos anos 1980). Benilton fala da relação terapêutica que se estabelece entre profissionais e pacientes e dá visibilidade à invisibilidade que o sujeito possui nessas formas de intervenção, naquele momento. Benilton faz surgir o sujeito que está ali, nos serviços públicos de saúde. Um sujeito que não é valorizado pelo profissional que não acredita que ele possa ter qualquer saber importante; um sujeito a quem não se entrega verdadeiramente a voz, apesar de se lidar o tempo todo com sua fala. É preciso instituir, a partir de um pensamento crítico, um novo sujeito para a Psicologia.
12. Da mesma forma, é preciso discutir o acesso à universidade, a necessidade de sua democratização cada vez maior. Mesmo reconhecendo o avanço dos últimos anos com a ampliação de vagas em escolas públicas e com o PROUNI, ainda estamos longe de garantir um acesso democrático à universidade. E, juntamente com isso, pensar e propor formas de “espalhar” a formação de profissionais por todo o Brasil, garantindo profissionais ligados às especificidades de cada região, de cada situação. A visão crítica, histórica, deve necessariamente atentar para isso.
13. É preciso entender nossa prática profissional como uma forma específica de nos inserirmos na sociedade; como nossa forma própria de construir a sociedade e buscar o bem comum. E, nesse sentido, é preciso incentivar projetos políticos que fundamentem nosso fazer profissional. Nossa profissão é uma atuação para e



no coletivo; é uma intervenção na vida coletiva, por isso, é política. Sendo assim, é preciso que se lide, na formação, com o projeto social que cada um utilizará como referência.

14. É preciso entender a Universidade como lugar de perguntação, de inquietação e nunca como lugar das verdades. Ali é o lugar onde a construção de uma certeza é acompanhada da clareza de que ela é temporária; é histórica. É o lugar de se duvidar da certeza que se produziu. Isso é espírito de pesquisa.

Sabemos que não é fácil e nem imediata a conquista desse cenário. Mas deve ser tomado como um norte, como uma utopia que nos guia o caminhar.

Devemos ter a clareza de que o neoliberalismo que marca nosso tempo incentiva uma educação tecnicista, uma educação não crítica; ele fomenta a ideologia liberal que o sustenta, na qual vence quem se esforça e em que o mercado é a autoridade. Devemos contrapor a essa política econômica, e seu correlato ideológico, a noção de direito, de igualdade, para que possamos avançar combatendo a sua força histórica.

Aproveito, antes de terminar, para dizer que aqui estamos, professores, pesquisadores e estudantes de escolas públicas e particulares. Pode ser que as forças mais conservadoras estejam nas escolas particulares. Não sei, tenho dúvidas. Mas é preciso que acompanhemos Emir Sader em sua reflexão que afirma que, hoje, a questão central não está na contraposição de público e privado, mas sim entre público de direitos e mercantil. Nossas dificuldades maiores estarão onde a ideologia mercantil for hegemônica e suas contradições não estejam visíveis. Mas a organização, através da ABEP, nos permitirá estar em um espaço progressista, no qual o projeto do compromisso será desenvolvido e cada um voltará ao seu *front* para buscar as formas e possibilidades de torná-lo o eixo e a referência para uma formação de psicólogos que seja nossa meta para o futuro, que represente nossa UTOPIA.